|  |  |
| --- | --- |
| IMG_256 | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  **COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - CEE** |

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL ESCOLAR - PDIE[[1]](#footnote-1): UM INSTRUMENTO EM CONSTRUÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**

Ednea Rodrigues - CEE

Eurides Bomfim - CEE

Nayana Pedrosa - CEE

**I. Introdução**

Neste artigo, trataremos especificamente da elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual Escolar - PDIE - para estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista- TEA e Altas Habilidades/Superdotação, matriculados na Rede Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes, para o Atendimento Educacional Especializado ­­- AEE realizado na Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, recuperando a construção do roteiro que direciona a elaboração do Estudo de Caso com base nas quatro questões fundamentais:

**1. informações referentes ao estudante;**

**2. informações coletadas do/sobre o estudante;**

**3. informações coletadas da/sobre a unidade educacional;**

**4. informações coletadas da/sobre a família** edas **dimensões da acessibilidade**, tais como: atitudinal, arquitetônica, metodológica, comunicacional, instrumental, programática.

A partir do acesso a tais informações, consideramos estarem os sujeitosinstrumentalizadosparaconstruir um plano de desenvolvimento individual pertinente às peculiaridades dos estudantes.

Depois de todas as evidências emergidas, é preciso refletir que a história de vida do estudante não deve inspirar mecanismos que sejam usados contra ele mesmo, pois sua história não é uma fatalidade, nem é irreversível. É o momento de refletir sobre: o que foi constatado? O que precisa ser feito? Como vai ser feito? Como cada setor irá se responsabilizar? Como cada um fará seu papel?

Nessa perspectiva, através das propositivas pedagógicas, da reflexão, da observação da mudança ou não do comportamento, do refazer das ações, considere-se que o próprio PDIE é um processo e apresenta um ponto de partida (o sujeito) e, principalmente, deve ter um ponto de chegada (a aprendizagem).

Reafirmamos, também, que o PDIE na Rede Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes, na atual gestão governamental, passa a ser entendido como uma proposta fundamental para responder às necessidades dos estudantes matriculados na SRM, e também de outros estudantes que foram estigmatizados no contexto escolar por suas diferenças.

Este texto, portanto, é mais um instrumento que pretende contribuir para nortear a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual Escolar - PDIE, explicando as etapas estruturadas no corpo do documento através das orientações de Albuquerque[[2]](#footnote-2) (2019) e instituídas na Rede de Ensino para os professores do AEE em 2018, através dos momentos de formação continuada e dos acompanhamentos pedagógicos realizados pelas Coordenadoras Educacionais do Núcleo de Educação Especial nas Unidades de Ensino.

**II. Plano de Desenvolvimento Individual Escolar - PDIE e as Dimensões de Acessibilidade**

O direito do estudante com deficiência, TEA, superdotação/altas habilidades à educação, ao plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos, serviços de acessibilidade e de disponibilidade e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva está legalmente amparado na Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015) e em outros marcos legais que instituem as diretrizes para a Política da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Dessa forma, o Sistema Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, Coordenação de Educação Especial, busca garantir no AEE a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento Individual Escolar - PDIE, para cada estudante, ampliando o roteiro sugerido pelo Ministério da Educação - MEC (2010) para a construção do referido documento.

Neste caso, a apresentação da parte introdutória do documento aborda os **dados de identificação do estudante**, considerados informações basilares. Tais informações são obtidas na ficha de matrícula feita pela equipe administrativa da escola. Neste primeiro item, é fundamental observar as considerações do laudo médico para, então, verificar a possibilidade de uma investigação mais detalhada sobre o que está nele descrito. O documento sobre o estudante deve ser subsídio para a intervenção pedagógica.

No item intitulado **Perfil do estudante no contexto escolar,** é necessário atentar às respostas oriundas dos instrumentos de pesquisa construídos com os professores e as equipes pedagógicas, também já dito no Estudo de Caso. Definir de maneira detalhada, mas objetiva, como o estudante está se relacionando com seus professores, com os colegas e com outros segmentos da unidade de ensino e/ou na escola em que foi matriculado para apenas o AEE. No quesito comportamento, que trata de como o estudante procede, de que forma age diante da rotina escolar, faz-se necessário utilizar termos que evidenciem movimento, processo, ou seja, nada estanque, determinado, acabado. Como sugestão para a elaboração, elencamos verbos como: demonstra, revela, percebe, nota-se... Afinal, cada pessoa humana responde a uma situação conforme seu desenvolvimento, sua relação com a família e com a sociedade.

 Outros aspectos presentes no perfil do estudante dizem respeito ao **desenvolvimento: motor, da linguagem e lógico-matemático.** Três áreas “nobres” no processo de escolarização e de vida do ser humano. Ao registrar cada tópico, faz-se necessário observar o que é esperado para cada faixa etária e para o crescimento do estudante em relação às **habilidades**, isto é, à capacidade e à disposição para fazer algo. Quanto ao estudante com deficiência, é importante focarmos nas suas potencialidades, pois é através das habilidades que ele já desenvolveu que se pode verificar e estabelecer o que ainda precisa ser desenvolvido. Assim, estaremos colaborando com o avanço das suas competências, que nada mais são do que a forma como serão administradas as habilidades individuais.

Encerrando o perfil do estudante, temos o item **oportunidades de melhoria,** que correspondeao que será oferecido ao estudante durante os momentos de interlocuções presenciais, seja na SRM, na sala de aula junto ao professor e junto à família. Se pensarmos neste tópico, estamos evidenciando sua inter-relação com a acessibilidade programática, que corresponde ao desafio de realizar as adaptações curriculares necessárias para o ensino e a aprendizagem diante de práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, tais propositivas visam proporcionar na escola uma adaptação dos espaços físicos, a adoção de estratégias e a implementação de determinados serviços pedagógicos, tendo em vista a melhoria das condições de acessibilidade arquitetônica para o estudante, de acordo com suas características e necessidades.

É, portanto, nesse momento, que sejam elencados **os objetivos** a serem propostos para as áreas já definidas anteriormente, isto é, a área cognitiva, a área motora e a área social**.** Nessa construção, é preciso estabelecer o tempo que o estudante terá para atingir o que foi definido para o alcance das suas necessidades. Nessa perspectiva, serão estabelecidos objetivos **de longo, médio e curto prazo**, ação a ser firmada pelo professor do AEE diante das reais necessidades do estudante. Isso significa que é preciso definir o período do atendimento (tempo destinado); a frequência/regularidade desse atendimento (quantos dias na semana o estudante será atendido); a periodicidade das atividades complementares (externas às intervenções escolares); o tempo de atendimento na SRM (em hora/aula); a composição do atendimento (dia da semana).

Quanto às **tecnologias assistivas**, estamos focando na acessibilidade comunicacional. Dizer se o estudante terá material para ser adaptado, elencar quais tipos e se precisará da colaboração de outros materiais que não estão na SRM.

O próximo item posto no plano são os **recursos.** Caracterizam-se pelo tipo de acessibilidade instrumental. Corresponde à seleção dos jogos e de todos os materiais previstos na utilização junto ao estudante.

No que tange aos **serviços**, é preciso verificar se na unidade de ensino existem pessoas que podem colaborar na confecção dos recursos e/ou se será necessário contar com a ajuda externa de outros profissionais de áreas mais específicas. Pode-se, também, averiguar se o estudante foi contemplado com o Benefício de Prestação Continuada - BPC e definir junto à família novos tipos de serviços e ou recursos tecnológicos para seu uso no cotidiano.

As **parcerias**, que serão definidas durante o desenvolvimento do PDIE, devem pressupor tanto a participação dos profissionais existentes na Unidade de Ensino como a daqueles que estão indiretamente ligados à escola. Também estão inclusos nessa categoria profissionais que já atendem o estudante na área da saúde e o terapeuta.

Afirma Pacheco, (2007, p.100):

A preparação de PEIs exige a colaboração de muitas pessoas. Em primeiro lugar, a colaboração dos professores e dos pais. A participação ativa do próprio aluno também é recomendada. Além disso, vários especialistas de dentro e de fora da escola participam. Essas pessoas reúnem seu conhecimento e experiência para criar um plano que permita aos alunos participar e utilizar o currículo de aula.

Em relação à **metodologia de atuação,** estamos tratando da concepção de ensino, de educação, de aprendizagem e do delineamento pedagógico que envolverá o período em que o estudante estará sendo atendido no AEE e qual linha de intervenção didática estaremos realizando no contexto da SRM. Portanto, a acessibilidade atitudinal presente no âmbito da metodologia irá possibilitar a desconstrução das barreiras dos que acreditam que todo estudante aprende da mesma forma.

Estabelecer os critérios de **avaliação dos resultados** implica dizer que o estudante será avaliado de acordo com os objetivos estipulados no seu PDIE, sem haver comparação com os demais estudantes que serão atendidos no serviço especializado. A clareza do que se quer avaliar precisa estar coerente com a proposta do plano como um todo, ou seja, não deve consistir em uma ação isolada.

Por consequência, os **resultados esperados** para cada estudante devem visar à complementação ou à suplementação da aprendizagem nas áreas demonstradas pelas dificuldades e/ou potencialidades. É importante salientar que as escolas que recebem as matrículas de estudantes de outras instituições de ensino na SRM deverão encaminhar para a escola de origem a cópia do PDIE, a fim de manter a escola ciente do que foi planejado e o que passará a ser desenvolvido no AEE junto ao estudante com deficiência.

Para Albuquerque (2017), a sala de recursos multifuncionais - SRM - é um lugar para além do seu significado físico, pois se constitui como um espaço pedagógico que procura minimizar as dificuldades de aprendizagens surgidas durante o percurso escolar de muitos alunos com deficiência. Os serviços oferecidos podem descobrir novas formas de intervenção no âmbito escolar.

Arnal e Mori (2007) consideram que o pressuposto básico do trabalho no AEE é a mediação. Afirmam que a forma como o professor trabalha, as estratégias utilizadas para ensinar são fundamentais para a aprendizagem do estudante. As autoras afirmam que uma prática mediadora consiste em um trabalho intencionalmente organizado para que o estudante tenha acesso aos conteúdos planejados.

Nessa perspectiva, Melo e Siqueira (2018) afirmam a necessidade de repensar e diversificar as práticas pedagógicas, levando em consideração os diversos ritmos de aprendizagens e as habilidades inerentes a todos os educandos com e sem deficiência (surdez), tendo como premissa a promoção de um ambiente acolhedor, acessível e educativo para todos.

Nesse sentido, reafirmamos: mesmo com todo o investimento realizado no processo de formação continuada para os professores do AEE, ainda há um desafio: maturar o desenvolvimento e o acompanhamento do PDIE, tornando-o mais próximo do tipo de serviço especializado ofertado nas escolas públicas municipais, além de constatar o alcance das metas condizentes com as necessidades dos estudantes em processo de inclusão escolar.

**Considerações Finais**

Mittler (2003) afirma que quanto mais a escola é inclusiva menor será a necessidade de planos de educação individual, uma vez que as escolas asseguram um currículo adequado às necessidades de todas as crianças. Assevera, ainda, que os planos de educação individual não precisam estar restritos às crianças com dificuldades de aprendizagem.

Portanto, a utopia desse trabalho é reconhecer que o PDIE não é uma invenção da política pública como panaceia das necessidades emergentes da pessoa com deficiência, nem um instrumento segregador; o PDIE é fruto das constatações históricas diante do embate exclusão ***versus*** inclusão no centro do qual esteve esse segmento da sociedade ao longo da evolução humana, principalmente no processo de escolarização.

Nesse sentido, o PDIE não é estático. Tem uma lógica, que é estabelecer uma conexão entre o ensino regular e o AEE; atuar mais diretamente junto ao estudante e à família de forma sistematizada; não deve ser restrito apenas ao âmbito do AEE-SRM, mas deve abranger todo o ciclo da vida. Necessita do compromisso de todos os profissionais envolvidos, objetivando o processo de escolarização e as práticas pedagógicas inclusivas.

Destarte, a discussãosobre o PDIE no âmbito do Atendimento Educacional Especializado não se encerra neste terceiro módulo da formação continuada voltada para os professores que iniciaram há pouco tempo seu trabalho na SRM. O caminho ainda terá percalços e também, novas construções objetivas.

**Referências**

ALBUQUERQUE, E. R. **Prática Pedagógica Inclusiva**: um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes-PE. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12988> >. Acesso em: 18-junho-2019.

ARNAL, L. S. P; MORI, N. N. R. Educação escolar inclusiva: a prática pedagógica nas salas de recursos. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007, Londrina*.****Anais****...* Londrina: UEL, 2007.

MELO, E. B.; BARBOSA, A. S. **Reflexões acerca da interação surdo/ouvinte e a construção da competência linguística no âmbito escolar.** 2018. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/resumo.php?idtrabalho=698>>. Acesso em: 19-junho-2019.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli [et.al.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

1. Texto exclusivo para o terceiro módulo da formação continuada dos professores novatos, do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos Multifuncionais, da Rede Pública Municipal de Ensino, a realizar-se em 26 de junho de 2019, no Jaboatão Prev - Piedade. [↑](#footnote-ref-1)
2. ALBUQUERQUE, A.C.P. F. **Dimensões da acessibilidade:** estratégias para a inclusão escolar de pessoas com o transtorno do espectro autista. Texto digitalizado. 2019. [↑](#footnote-ref-2)